

**Notas informativas****19º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental***Representantes das empresas vencedoras do Prêmio Mérito Ambiental*

Como acontece anualmente, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) entregou em 06/06, o Prêmio de Mérito Ambiental, iniciativa que busca incentivar as boas práticas no setor produtivo. O evento contou com a participação do vice-presidente da Fiesp e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da instituição, Nelson Pereira dos Reis. Também estiveram presentes os diretores do DMA/Fiesp, Celso Shimura; Mario Hirose e Ricardo Ésser. Na categoria micro e pequena empresa, a vencedora foi a Notox Indústria e Comércio de Biolubrificantes de Piracicaba/SP com o projeto “Pesquisa, desenvolvimento e formulação de biolubrificantes, contratipos estes aos de lubrificantes industriais à base de derivados de petróleo ‘não-recolhíveis’, comercialmente mais utilizados”, que fez com que o efluente gerado a partir de emulsões de óleos com base vegetal se tornasse mais fácil de ser tratado. Isso resultou em menor gasto de reagente, facilitando o tratamento biológico da água resultante do processo de separação do óleo, dispensando a correção de pH no final do processo. O assessor da diretoria da Notox, João Adolfo Ponchio, representou a empresa na cerimônia de premiação. Entre as médias e grandes

*Nelson Pereira dos Reis em seu pronunciamento de abertura*

empresas, o prêmio ficou com a empresa Gerenciamento de Resíduos Industriais (GRI) de Americana/SP, pertencente ao grupo Solvi que apresentou o projeto “Revitalamp”, que tem como objetivo buscar solução para o resíduo de lâmpadas fluorescentes e

de vapores metálicos. A empresa identificou uma tecnologia de conserto de lâmpada em parceria com a Revitaluz, com capacidade de processar 340 mil lâmpadas/mês, sem perda de funcionalidade ou eficiência energética. Além de vantagens econômicas, também colabora com o meio ambiente, já que as lâmpadas têm grande potencial poluidor. Para Rafael Giachino, gerente comercial da GRI, o prêmio é resultado do investimento da empresa em inovação. Além dos prêmios para as duas empresas, também foram entregues menções honrosas, por meio do diploma de Mérito Ambiental para três empresas: A CBA apresentou o projeto Alumina-Trim Liquor para redução do consumo de recursos naturais e geração de resíduos. Já a Maxis Wheels (Limeira/SP) inscreveu seu programa de sustentabilidade, que inclui o uso de energia eólica na planta de Limeira, a redução de massa de rodas e a separação de óleo hidráulico da ferramentaria. A Usina São Luiz (Ourinhos/SP) concorreu com o projeto de Bazar Ecológico, que busca conscientizar colaboradores da empresa da importância da preservação ambiental.

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/11Jq7Z6>.

Especialistas debatem ‘Princípios do Equador’ em evento da Semana do Meio Ambiente na Fiesp

Em 06/06, durante o seminário “Políticas ambientais do sistema financeiro e os impactos para o setor produtivo”, evento realizado dentro da 15ª Semana Fiesp/Ciesp de Meio Ambiente, especialistas debateram os reflexos dos “Princípios do Equador” para o financiamento de indústrias. Os “Princípios de Equador” são critérios exigidos pelo International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, para a concessão de crédito, que asseguram que os projetos financiados sejam desenvolvidos com





responsabilidade socioambiental. No debate, o tema foi motivo de controvérsias. De acordo com Micheline Nturu, gerente do IFC na América Latina e Caribe, a corporação estipula regras obrigatórias do que as empresas devem fazer para obter crédito, que envolvem cálculos dos riscos sociais, segurança e saúde da comunidade e condições de trabalho. "As empresas hoje precisam trabalhar esses aspectos com muita seriedade para serem beneficiadas. Norteando a política social, econômica e ambiental de todos os setores produtivos", acrescentou Nturu. Ao comentar o assunto, Roberto Luis Troster, ex-economista chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), questionou o apelo dos "Princípios do Equador" junto às indústrias brasileiras. "Temos que gerenciar os riscos ambientais da cadeia produtiva. Isso é inquestionável. O problema é que, por diversas questões, os princípios não são seguidos aqui no Brasil. O Brasil se preocupa com o meio ambiente por vocação ou por obrigação?", provocou.



Nelson Pereira dos Reis (foto acima), vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, que abriu o seminário, disse que houve grande evolução dentro dos setores produtivos quanto aos cumprimentos de regras e leis ambientais. Entretanto, o dirigente fez ressalvas sobre o momento atual no país na questão ambiental. "A questão da sustentabilidade no Brasil, apesar de adiantada, ainda não está solucionada. Devemos nos empenhar na criação de alternativas energéticas, sem nos esquecer das leis de demanda e do desenvolvimento do país". Segundo José Carlos Redondo, gerente executivo de sustentabilidade da área industrial da Itaútec, Duratex e Elekeiroz e diretor do DMA/Fiesp, a evolução da questão ambiental dentro da indústria nos últimos 20 anos foi espantosa. "Hoje as questões ambientais são tão importantes quanto as comerciais. A sustentabilidade veio para ficar", disse. Redondo deu sua opinião sobre as regras estipuladas pelo IFC para crédito. "Ao ver a criação dos "Princípios de Equador" vemos uma

ação muito importante. Mas há ajustes a serem feitos, sem dúvidas. Alguns critérios precisam ser revistos ou adaptados para que não haja problema de cumprimento pelas indústrias brasileiras." Manoel Pires da Costa, membro do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp e ex-presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) cobrou ações mais coerentes por parte do governo em relação à temática ambiental. "Há uma série de dificuldades que vão se diluindo com o tempo e vamos chegando perto das práticas ideais dentro das empresas e indústrias. Devemos nos preocupar com a evolução do tema e das leis para criar um ambiente aceitável para as sociedades futuras. Gostaria de ver mais precisão do governo para acelerarmos os processos ambientais", disse Pires da Costa. O painel foi mediado por Nelson Vieira Barreira, diretor titular adjunto do DMA.

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/14s2Xf9>.

Superintendente do BNDES apresenta ações do banco na área de meio ambiente

Para apresentar um panorama da atuação ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sérgio Weguelin, superintendente da área de



meio ambiente da instituição, destacou durante a Semana de Meio Ambiente, a necessidade de criar políticas públicas com base ambiental para garantir resultados significativos para o futuro, já que a

tecnologia e as formas de consumo demandam a construção de uma nova economia. Weguelin apresentou a estrutura da área ambiental do BNDES, que inclui um departamento de política e estudos em meio ambiente, que tem como objetivo reunir conhecimentos profundos em setores e meios específicos. O departamento produziu 26 guias estabelecendo as melhores práticas socioambientais em diversas áreas da produção. Com isso, o BNDES pretende obter uma radiografia dos setores e ser o maior banco de dados de informações socioambientais com foco em planejamento de políticas. Outra área de atuação do banco é o desenvolvimento de instrumentos financeiros "verdes", além da indução de investimentos em projetos ambientais. "Ao mesmo tempo, tentamos atrair e também empurrar as empresas na direção de melhores práticas ambientais, trazendo crédito e criando condições favoráveis." Além de operações diretas em ativos florestais, energia renovável, biotecnologia, saneamento e resíduos sólidos, o BNDES trabalha também em fundos de "private equity" com foco



ambiental, em inovação, florestas, atividades produtivas na Amazônia e carbono. Ainda nos investimentos verdes, o BNDES mantém fundos de renda fixa e produtos e títulos verdes. Também estiveram presentes ao painel: Alfried Karl Plöger, membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp e Marcelo Drügg Barreto Vianna, Vice-presidente do *International Chamber of Commerce* (ICC). O painel contou com a moderação de Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp.

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/13AjA7A>.

Instituições bancárias apontam diretrizes ambientais para financiar empreendimentos

Encerrando o evento realizado dentro da 15ª Semana Fiesp/Ciesp de Meio Ambiente, profissionais de importantes instituições financeiras comentaram sobre diretrizes ambientais para financiamento de empreendimentos. Segundo Maria Eugenia Sosa Taborda, gerente de sustentabilidade do Banco Itaú Unibanco, as empresas se veem em uma nova lógica de mercado com a ascensão da importância da sustentabilidade. "Questões socioambientais estão interferindo no valor das empresas e na percepção dos clientes", disse. Linda Murusawa, superintendente do Banco Santander, afirmou que a questão socioambiental não tem retorno na agenda econômica de todas as instituições. Segundo ela, todos, sem exceção, buscam uma maneira de ajudar a sociedade a potencializar essa agenda. "A sustentabilidade tem que gerar resultados para todos." Gilmara Aparecida Brancalion, superintendente de planejamento e governança da agência Desenvolve SP, instituição financeira que fomenta o desenvolvimento sustentável para as pequenas e médias empresas paulistas, apresentou as várias linhas de financiamento voltadas para a sustentabilidade. "Um dos nossos projetos atuais é renovar toda a frota de caminhões da Baixada Santista, de mil veículos, que, se der certo, será estendida a todo estado de São Paulo", informou. Também estiveram presentes ao painel: José Antônio Cipolla, diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (Dempi), Ricardo Esper, diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) e Nilton Bastos, diretor titular do Comitê de Responsabilidade Social (Cores), todos da Fiesp. O painel contou com a moderação de Mario Hirose, diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp.

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/11xqM7S>.

A Política Nacional do Meio Ambiente e os Manuais Setoriais do RETP

No próximo mês de agosto de 2013 o Ministério do Meio Ambiente realizará oficina com as agências estaduais de meio ambiente com o objetivo de validar o guia atualizado

do Registro de Emissões e Transferência de Poluentes (RETP), que tem como novidades o aprimoramento de procedimentos para as unidades declarantes atenderem ao programa, que está em vigor desde 2010, por meio da Instrução Normativa no. 31/2009 do Ibama, que em seu Anexo IV trata das informações que devem constar no Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP), instituído pela Lei Federal no. 10.165/2000. A realização do RETP Brasil é mais um compromisso internacional do país com a sustentabilidade e vem de encontro às metas do milênio da ONU para 2015. Uma das finalidades do RETP é a divulgação pública e irrestrita das emissões de poluentes provenientes de atividades potencialmente poluidoras. O prazo para a próxima declaração é 31 de março de 2014, cuja exigência do preenchimento dos campos do RETP será intensificada na declaração anual do RAPP, com o objetivo de se tornar o primeiro ano de reporte com divulgação pública dos dados. As ações do Ministério do Meio Ambiente para viabilizar o atendimento desse compromisso tem sido a intensificação de capacitações de responsáveis técnicos das unidades declarantes que atuam na gestão de resíduos e emissões, incluindo a realização de cursos presenciais e a distância por meio do site <http://ead.retp.com.br>, ampliação da comunicação no Portal <http://www.retp.gov.br>, bem como, o diálogo com o setor industrial visando apoio no desenvolvimento de manuais setoriais, que visam reunir as metodologias de quantificação de poluentes apropriadas para as cadeias produtivas, reduzindo assim o ônus dos declarantes nos procedimentos para coleta e tratamento dessas informações.

Agilidade no licenciamento ambiental é fundamental na execução de obras para Copa e Olimpíadas



Uma das ferramentas para a execução de investimentos é o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável a licitações e contratos de obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Esse foi um dos temas tratados no painel "RDC e licenciamento ambiental: a racionalidade nos processos licitatórios", realizado em 07/05, no 8º Encontro de Logística e Transportes, realizado no hotel Unique pela Fiesp. A execução simultânea de vários estudos ambientais para rodovias e ferrovias federais é um



desafio para os editais que estão em fase de lançamento. A opinião de Décio Michellis, coordenador do núcleo de Meio Ambiente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), veio acompanhada do questionamento se é necessária uma revisão ampla de contratações de licitações. Outras inquietações são relacionadas à classificação de propostas técnicas, à qualificação de licitantes sem limitar a competitividade e a uma revisão ampla da metodologia de contratação. “A legislação precisa ser atualizada”, assinalou Michellis. Para outra participante do painel, a diretora de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (Ibama), Gisela Forattini, a celeridade no licenciamento ambiental se dá com a apresentação de bons estudos. Ela informou que estudos técnicos foram devolvidos em 2011 e cinco no ano de 2012. A média atual é de 3,2 licenças ambientais/dia. Forattini apontou que a implementação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental foi uma conquista, além da Lei Complementar 140/2011 que estabelece as competências federal, estaduais e municipais em matéria de licenciamento ambiental. A diretora do Instituto apresentou a carteira ativa de empreendimentos que agrega 1.772 projetos, dos quais 17% são vinculados a rodovias e 12%, a vias de transmissão. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa apenas 17% do total.

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/105jQgm>.

Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema/Fiesp)

Em reunião na Fiesp, Ricupero traça panorama sobre problemas ambientais na economia mundial



Em sua centésima reunião, o Cosema/Fiesp recebeu o embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda (1996) e do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994). Em sua palestra, Ricupero apresentou aos conselheiros uma visão geral do problema ambiental no mundo. O embaixador citou dados recentes sobre o índice de dióxido de carbono na atmosfera e o consequente aumento da temperatura, que mostram uma situação

preocupante e sem precedentes na história. O grande problema, de acordo com Ricupero, é que não há reação para deter as emissões. Outra questão abordada pelo ex-ministro foi o contexto mundial, em que, segundo ele, as negociações globais não avançam. “O mundo vive uma fase de introspecção, em que as pessoas estão voltadas para os seus problemas. Na Organização Mundial de Comércio, por exemplo, o Roberto Azevêdo vai enfrentar uma dessas situações, de uma discussão que começou há 11 anos. O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) é outro exemplo, que há muito tempo se diz que teria que ser reformado, mas a reforma não acontece”, disse. Para Ricupero, a principal chave da questão global seria o entendimento entre China e Estados Unidos. “Enquanto a China está se tornando o maior importador de petróleo do mundo, os Estados Unidos tendem a se tornar um importador cada vez menor, por causa do *shale gas* [gás de xisto]. Isso muda toda a geopolítica dos últimos 50 anos”, ressaltou. “Além disso, há ainda uma grande rivalidade política e econômica desses dois países, o que não é propício para qualquer acordo.” Especificamente sobre o Brasil, o ex-ministro vê aspectos positivos. “O etanol, quando começou na década de 70, foi por causa da energia, do petróleo. A questão ambiental era secundária. Hoje, o etanol é uma grande esperança, que nos dá um balanço ambiental positivo, apesar dos problemas que estamos tendo do preço do combustível”, disse Ricupero, que também viu uma melhora em alguns setores no país.

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/109NFWW>.

Áreas Contaminadas.....

São Paulo institui Fundo para Remediação de Áreas Contaminadas

O Estado de São Paulo já conta com um regulamento para gerenciamento de áreas contaminadas. Trata-se do decreto 59.263, que regulamenta a lei estadual 13.577, de julho de 2009. São 103 artigos que dispõem sobre as diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e das águas subterrâneas, tanto para prevenção quanto para correção das áreas existentes. As áreas foram separadas em 9 categorias distintas cujo Cadastro será atualizado anualmente e publicado no Diário Oficial do Estado e na página da internet da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). O decreto estabelece a obrigatoriedade da averbação da informação sobre a contaminação identificada na área na respectiva matrícula do imóvel; a instituição do seguro ambiental, e a estruturação do Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac). Este Fundo, vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, será destinado à identificação e remediação das chamadas “áreas órfãs”, locais cujo responsável legal não seja identificado ou não tenha



implementado as ações necessárias à sua reabilitação.

Fonte: Cetesb, <http://bit.ly/1733Puu>.

Reunião com Associações

Em 16 de maio, o DMA participou de reunião com representantes da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivado (Abiclor) para discussão de tema relacionado a áreas contaminadas.

Resíduos Sólidos.....

Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012



Em 28 de maio, o DMA esteve presente ao lançamento do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), que foi criado com o objetivo de facilitar o acesso dos órgãos governamentais, das empresas públicas e privadas, das organizações não - governamentais, entidades educativas, da imprensa e da sociedade em geral, às informações sobre os resíduos sólidos em seus diversos segmentos, que em muitos casos estão fracionadas e/ou desatualizadas. O Panorama constatou que, em 2012, mais de 3 mil cidades brasileiras enviaram quase 24 milhões de toneladas de resíduos para destinos considerados inadequados, o equivalente a 168 estádios do Maracanã lotados de lixo. Para obter a publicação, acesse: Abrelpe, <http://bit.ly/15xyUT1>.

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Em 3 de junho o especialista do DMA, Ricardo Lopes Garcia, ministrou palestra sobre o tema "Política Nacional de Resíduos Sólidos", para os associados do Sindicato da Indústria de Móveis de Junco e Vime e Vassouras e de Escovas e Pincéis do Estado de São Paulo (Simvep).

Convite para as Etapas Preparatórias

A Secretaria de Serviços, de Verde e Meio Ambiente e de Coordenação das Subprefeituras, convidam todos a participarem das Etapas Preparatórias da IV Conferência Municipal (SP) de Meio Ambiente, que acontecem por

subprefeituras, coletando demandas e sugestões de toda a cidade para a reelaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do município de São Paulo.

ETAPAS PREPARATÓRIAS			
SUBPREFEITURA	DATA	HORARIO	LOCAL
Jaçanã/Tremembé	08/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Jaçanã
Santana/Tucuruvi	08/06/2013	15:30 às 19:00	Centro Universitario Santana
Vila Maria/Vila Guilherme	08/06/2013	15:30 às 19:00	Uniban
Casa Verde	15/06/2013	15:30 às 19:00	CCJ Ruth Cardoso
Freguesia do Ó	15/06/2013	15:30 às 19:00	EMEF Plínio Aryosa
Perus	15/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Perus
Pirituba/Jaraguá	15/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Vila Atlântica
Cidade Ademar	22/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Alvarenga
Jabaquara	22/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Caminho do Mar
Santo Amaro	22/06/2013	15:30 às 19:00	Faculdade Unitalo
Vila Mariana	22/06/2013	15:30 às 19:00	Colégio Arquidiocesano
Campo Limpo	29/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Campo Limpo
Capela do Socorro	29/06/2013	15:30 às 19:00	Universidade Estácio de Sá
M' Boi Mirim	29/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Casa Blanca
Parelheiros	29/06/2013	15:30 às 19:00	CEU Parelheiros
Aricanduva	06/07/2013	15:30 às 19:00	UNICSUL
Ipiranga	06/07/2013	15:30 às 19:00	CEU Meninos
Mooca	06/07/2013	15:30 às 19:00	SENAI
Vila Prudente/Sapopemba	06/07/2013	15:30 às 19:00	CEU Rosa da China
Cidade Tiradentes	13/07/2013	15:30 às 19:00	Esc. Tec. de Saúde P.
Guaianases	13/07/2013	15:30 às 19:00	CEU Jambeiro
Itaquera	13/07/2013	15:30 às 19:00	CEU Azul da Cor do Mar
São Mateus	13/07/2013	15:30 às 19:00	Subprefeitura
Ermelino Matarazzo	20/07/2013	15:30 às 19:00	CEU São Carlos
Itaim Paulista	20/07/2013	15:30 às 19:00	CEU Curuçá
Penha	20/07/2013	15:30 às 19:00	Centro Cultural da Penha
São Miguel	20/07/2013	15:30 às 19:00	Subprefeitura
Butantã	27/07/2013	15:30 às 19:00	CEU Butantã
Lapa	27/07/2013	15:30 às 19:00	Faculdades Rio Branco
Pinheiros	27/07/2013	15:30 às 19:00	Colégio Dante Alighieri
Sé	27/07/2013	15:30 às 19:00	Uninove Vergueiro

Mais informações: Prefeitura de SP, <http://bit.ly/12qhXLo>.

1ª Reunião preparatória

Em 28 de maio, o DMA esteve presente à 1ª reunião preparatória para a IV Conferência Municipal de Meio Ambiente (CMMA) que desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "Implantando a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Município" no contexto dos seguintes eixos temáticos: 1) Produção e Consumo Sustentável; 2) Redução



dos Impactos Ambientais; 3) Geração de Emprego, Trabalho e Renda, e 4) Educação Ambiental. A IV CMMA será dividida em etapas preparatórias, Conferências livres e finalmente com a Conferência Municipal a ser realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2013, no Centro de Convenções Anhembi/SP. Durante a reunião estiveram presentes o secretário municipal de Serviços, Simão Pedro; representantes das secretarias do verde e meio ambiente e das subprefeituras; o presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), Silvano Silvério, e integrantes de movimentos sociais, centrais sindicais, universidades, empresarial e organizações não governamentais. Durante a reunião foi discutida e aprovada a proposta de regimento, assim como a impressão de folders e convites para IV CMMA.

Recursos Hídricos.....

Zeólitas

Em 28 de maio, o DMA participou de reunião com representantes das Indústrias Celta do Brasil Ltda., que desenvolve zeólitas utilizadas na filtração convencional e para remoção de contaminantes da água e efluentes combinando processos de adsorção e troca iônica.

Investimento Ambiental.....

SP - Negócios

Em 5 de junho, o diretor-titular do DMA/Fiesp, Nelson Pereira dos Reis participou de reunião com o presidente da Fiesp, Paulo Skaf e o Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo, Marcos Cruz, em que foi apresentado o SP-Negócios. Participaram da reunião, o diretor-presidente da Companhia São Paulo de Parcerias (SPP), Wilson Poit e o assessor especial de finanças do Município de São Paulo, Alexandre Ribeiro Lopes.

Fóruns Ambientais

Governamentais – Estaduais

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

307ª Reunião Ordinária do Plenário

Em 21 de maio, o DMA participou desta reunião, em que foram aprovados: 1) o relatório final da Comissão Processante e de Normatização que tratou da Minuta de Decreto que regulamenta a Lei 13.577/2009 que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e 2) o Relatório de Qualidade Ambiental 2013.

Comissão Temática de Normatização e Processante

Em 23 de maio, o DMA esteve presente à reunião da referida comissão. Nessa ocasião os conselheiros apreciaram o Relatório Final relacionado ao “requerimento

de esclarecimentos sobre atos administrativos ou normativos - função de conselheiro representante de entidade ambientalista do Consema *versus* nomeação para assumir Secretaria de Meio Ambiente de município”. Na mesma ocasião foi dada continuidade à discussão da proposta de Deliberação Normativa sobre a descentralização do Licenciamento Ambiental.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Em 13 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo/SP. Na ocasião, os participantes tiveram um nivelamento de informações sobre a vocação das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs), quais os indicadores para aplicação dos recursos financeiros e sobre enquadramento de corpos hídricos.

Reunião da Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

Em 14 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo/SP. Na ocasião, foi discutido a definição de transposição e os critérios para o estabelecimento dos limites a serem adotados para o cálculo da cobrança pelo uso da água.

Reunião da Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

Em 24 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em São Paulo/SP. Na ocasião, foram tratados os assuntos referentes à eleição do novo coordenador da CT-PA e a definição dos temas e das metas para as próximas reuniões.

Reunião da Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

Em 28 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo/SP. Na ocasião, foi encerrada a discussão referente ao conteúdo do Relatório dos Fundamentos para a Cobrança do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Aguapeí e Peixe (CBH-AP).

Governamentais – Municipais

Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades)

32ª Reunião Plenária Extraordinária

Em 15 de maio ocorreu a referida reunião, ocasião em que foi feita a Exposição sobre a Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico, pelo Sr. Anderson Kazuo Nakano, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; para apreciação e comentários dos conselheiros.

Comissão Especial para a Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) do Cades

Em 23 de maio, o DMA participou da reunião da Comissão Especial que tratou da PMRS.

**Setor Produtivo****Confederação Nacional da Indústria (CNI)**Grupo de Trabalho de Licenciamento Ambiental

Em 09 de maio, o DMA esteve presente à 3ª Reunião do grupo, realizada em Brasília/DF. Nessa ocasião foi dada continuidade às discussões sobre o sistema de licenciamento ambiental vigente na esfera federal, bem como nas diversas instancias estaduais.

Comitês de Bacias Hidrográficas – Federais**Reunião dos Representantes dos CBHs**

Em 23 de maio, o DMA esteve presente à reunião dos Representantes dos CBHs realizada em Piracicaba/SP, para melhor integração nas questões relativas aos Comitês e mapeamento da participação do setor.

Rio Grande (CBH-Grande)Reunião

Em 27 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada na Superintendência do Abastecimento de Água do Estado de São Paulo (Sabesp), em Franca/SP, quando foram tratados diversos assuntos referentes ao Comitê.

Reunião de Diretoria

Em 27 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em São Jose do Rio Preto/SP, quando se tratou da preparação para 3ª Reunião Ordinária, dentre outros assuntos.

3º Reunião Ordinária de Diretoria

Em 04 de junho, o DMA esteve presente à reunião realizada na Universidade Federal de Itajubá (Unifei), em Itajubá/MG, quando foi discutida a proposta de Pacto para a Gestão Integrada das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, bem como o Plano Integrado de Recursos Hídricos do Rio Grande (PIRH-Grande). No dia seguinte, 05 de junho, ocorreu a apresentação do Grupo de Trabalho (GT) referente ao Regimento Interno, aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do CBH-Grande e aprovação da Deliberação do Pacto para a Gestão Integrada das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Grande.

Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)51ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

Em 17 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em Limeira/SP, para as adequações da deliberação quanto à participação dos órgãos do governo no comitê PCJ. Na ocasião, ocorreram as indicações: dos representantes titulares do segmento Sociedade Civil para o Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ; dos representantes do CBH-PCJ, PCJ-Federal e do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios

Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ); para a Assembleia Geral anual do Fórum Nacional de CBHs e; dos representantes do PCJ-Federal para o Colegiado Coordenador do Fórum Nacional dos CBHs. Também houve cancelamento de Projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) após análise dos resultados do "Grupo de Trabalho (GT) - Verificação de Documentação", análise de Recursos sobre o processo de pré - qualificação e definição do calendário de reuniões para o biênio 2013-2015.

2º Seminário sobre Saúde Ambiental

Em 24 de maio, o DMA esteve presente ao seminário realizado em Piracicaba/SP, quando foram apresentados dois temas centrais: Água de Reúso e Plano de Segurança da Água. O evento mobilizou os membros dos Comitês PCJ e interessados da região em discutir a racionalização dos usos da água a partir das práticas de reúso e a segurança dos sistemas de abastecimento público, temas estratégicos nas bacias PCJ que enfrentam desafios para a gestão dos recursos hídricos. O seminário serviu ainda, como oportunidade para a Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), a partir das contribuições dos palestrantes e dos presentes, a definir uma agenda de trabalho para que contribua para a implementação do Plano de Bacia com base nas práticas e conceitos da saúde ambiental.

Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

Em 05 de junho, o DMA esteve presente à reunião realizada em Piracicaba/SP, quando foi realizada a apresentação sobre a estrutura dos Comitês PCJ e as normas gerais de funcionamento das Câmaras Técnicas. Na ocasião, foi dada a posse dos membros para a gestão 2013-2015, foi eleito o novo coordenador, definida a agenda para as próximas reuniões da gestão e redefinidas a novas composições dos Grupos de Trabalho (GTs) e de Acompanhamento (GAs).

Reunião Ordinária da Câmara Técnica da Indústria (CT-Ind) e Câmara Técnica de Outorgas e Licença (CT-OL)

Nos dias 06 e 07 de junho, o DMA esteve presente à reunião realizada em Piracicaba/SP, quando, foi realizada a apresentação sobre a estrutura dos Comitês PCJ e as normas gerais de funcionamento das Câmaras Técnicas. Na ocasião, foi dada a posse dos membros para a gestão 2013-2015, foi eleito o novo coordenador da Câmara Técnica e definida a agenda para as próximas reuniões da gestão.

Comitês de Bacias Hidrográficas – Estaduais**Alto Paranapanema (CBH-AP)**Reunião do Grupo de Trabalho da Cobrança (GT-Cob)

Em 02 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em



Pirajú/SP, quando foi discutido o estudo de fundamentação da cobrança para atender a solicitação de informações complementares pedida pelo CRH.

Alto Tietê (CBH-AT)

Reunião Plenária

Em 02 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em São Paulo/SP. Na ocasião, foi apresentado o cronograma de atividades para a avaliação da proposta de minuta da revisão.

Reunião Plenária Ordinária

Em 04 de junho, o DMA esteve presente à reunião realizada em São Paulo/SP, quando foi levada à discussão e aprovação a proposta de revisão do Estatuto deste Comitê.

Baixada Santista (CBH-BS)

Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CT-PG)

Em 06 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em Santos/SP. Na ocasião, foram analisados os projetos tomadores de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Reunião Ordinária

Em 21 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em Bertioga/SP. Na ocasião, foram tratados os assuntos referentes à composição das Câmaras Técnicas, o desassoreamento do Rio Cubatão e outros cursos d'água, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Baixo Tietê (CBH-BT)

Reunião Extraordinária

Em 03 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em Birigui/SP. A pauta foi referente à aprovação das deliberações sobre a implantação do "Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR)" em Araçatuba/SP e a ampliação industrial e expansão agrícola da empresa industrial em Promissão/SP, dentre outros assuntos.

Rio Pardo (CBH-Pardo)

Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PGRH)

Em 22 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em Ribeirão Preto/SP para estabelecer critérios de análises dos pleitos protocolados nesse comitê.

Tietê Batalha (CBH-TB)

Reunião das Câmaras Técnicas (CT)

Em 07 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em Novo Horizonte/SP. A pauta foi referente à análise e

hierarquização dos projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para o ano vigente.

Pontal Paranapanema (CBH-PP)

Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (CT-AI) e do Grupo de Trabalho da Cobrança (GT-Cob)

Em 14 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) em Presidente Prudente/SP, para aprovação da ata da reunião anterior e continuidade da revisão do Estatuto no tocante a representatividade do segmento Município e das alterações no Estatuto de Fundamentação da Cobrança e Deliberação.

Rios Turvo e Grande (CBH-TG)

Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Em 09 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em São José do Rio Preto/SP. A pauta foi referente à escolha do coordenador da CT-Plan e análise e hierarquização dos projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para o ano vigente.

Legislação Ambiental Diplomas Legais Recentes

Federal

Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº. 456, de 29 de abril de 2013 - Corrige a Tabela I do Anexo da Resolução Conama nº. 432, de 13 de julho de 2011, que estabelece novas fases de controle de emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, e dá outras providências.

Resolução Normativa do Conselho Federal de Química (CFQ) nº. 252, de 19 de abril de 2013 - Dispõe sobre a responsabilidade para avaliar e emitir Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), Ficha com Dados de Segurança de Resíduos Químicos (FDSR) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

Portaria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº. 173, de 21 de maio de 2013 - Institui o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal com objetivo de acompanhar a elaboração dos regulamentos decorrentes da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Projetos de Lei (PL)

PL do Senado nº. 191/2013 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios



públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.

PL nº. 5646/2013 – Institui incentivo tributário relativo ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com vistas à desoneração de máquinas e equipamentos destinados ao processamento de resíduos sólidos.

PL nº. 5570/2013 – Regulamenta a obrigatoriedade da Neutralização de carbono em eventos realizados as margens de represas, lagos, rios, córregos, em todo território Nacional.

PL nº. 5477/2013 – Altera a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo, no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a prevenção e contenção de incêndios na disposição final dos rejeitos.

PL nº. 5367/2013 – Obriga o fornecedor de produtos a prestar informação ao consumidor sobre o tempo de vida útil de bens de consumo duráveis e dá outras providências.

PL nº. 5353/2013 – Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), referente aos equipamentos e máquinas que otimizam o reaproveitamento e a reciclagem dos recursos que necessitam de tratamento final, e dá outras providências.

PL nº. 5739/2013 – Altera a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo os cartões de PVC ou de plástico entre os materiais a serem submetidos ao sistema de logística reversa e prevendo a trituração dos mesmos pelas empresas e instituições que os utilizam.

PL nº. 5721/2013 – Dispõe sobre a criação do Certificado de Energia do Resíduo, a ser concedido às pessoas jurídicas que produzirem energia elétrica através do tratamento térmico de resíduo urbano, industrial, hospitalar e lodo de esgoto.

PL nº. 5716/2013 – Dispõe sobre os objetivos e competências dos órgãos licenciadores responsáveis pela avaliação e aprovação de estudos de impactos ambientais de planos, programas e projetos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental, e dá outras providências.

PL do Senado nº. 209/2013 – Altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o

transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal.

Estadual (SP)

Decreto nº. 59260, de 5 junho de 2013 - Institui o Programa Estadual de apoio financeiro a ações ambientais, denominado Crédito Ambiental Paulista, e dá providências correlatas.

Decreto nº. 59261, de 5 junho de 2013 - Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP, e dá providências correlatas.

Decreto nº. 59263, de 5 junho de 2013 – Regulamenta a Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá providências correlatas.

Resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA) nº. 43, de 5 junho de 2013 – Estabelece os procedimentos operacionais do Programa Município VerdeAzul, e dispõe sobre o método de valoração dos passivos ambientais aplicados no cálculo do Índice de Avaliação Ambiental.

Resolução nº. 40, de 21 de maio de 2013 – Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 19-09-2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 11-03-2003.

Resolução SMA nº. 39, de 20 de maio de 2013 – Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar programas de ação com vistas à implementação das regras da Resolução SMA nº 90, de novembro de 2012.

Resolução SMA nº. 33, de 3 de maio de 2013 – Define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua), critérios técnicos e diretrizes que deverão nortear o estabelecimento de zonas de amortecimento, de que tratam os artigos 25 e 2º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá providências correlatas.



Resolução SMA nº. 32, de 3 de maio de 2013 – Define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua), o procedimento a ser adotado para a aprovação de Plano de Manejo de Unidades de Conservação, e dá providências correlatas.

Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) nº. 150, de 30 de abril de 2013 – Referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande, contida na Deliberação CBH-TG 203/2012 de 04/12/2012.

Deliberação CRH nº. 149, de 30 de abril de 2013 – Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fehidro, referentes ao ano de 2013, e os percentuais para distribuição, entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Decisão da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) nº. 149, de 29 de abril de 2013 – Dispõe sobre a prorrogação de prazo para a entrega do inventário de emissões de gases de efeito estufa no Estado de São Paulo.

Bolsa de Resíduos



TIPO	NOME	QTDE	PREÇO	DATA
Lâmpadas				
Oferta	Lâmpadas fluorescentes 1,20m e 2,40m	69 outro/esporádico	Doação	03/04
Outros				
Oferta	Sucata de alumínio	788 Kg/esporádico	US\$ 3,45 Kg/A negociar	13/05

Para mais informações acesse:

<http://apps.fiesp.com.br/bolsaresiduos/>

Casos de sucesso

Desenvolvimento de tecnologia nacional para os únicos geradores que não contaminam o solo

Empresa: Atlas Copco do Brasil Ltda.

O grupo Atlas Copco é líder mundial no fornecimento de soluções para produtividade industrial. Está há mais de 56 anos no Brasil, e está organizada em três grandes áreas de negócios: Ferramentas, compressores, e mineração e construção.

Descrição das Medidas Adotadas

A Atlas Copco desenvolveu uma tecnologia 100% nacional, onde o chassi do gerador é totalmente vedado, com capacidade de armazenamento de 110% de todos os fluidos existentes no gerador, eliminando por completo qualquer risco de vazamento para o meio-ambiente.

Resultados Ambientais e Econômicos

Proteção dos lençóis freáticos dos constantes fluxos de óleo e fluidos; livre de focos da dengue, já que o chassi é vedado; menos emissão de poluentes, pelo baixo consumo de diesel; menos ruído; e o tamanho reduzido gera menos emissões no transporte.